

com a inclusão de e-mail para contato;
33. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos (modelo do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
Documentos para apresentar até o dia da posse:
34. RG (original e cópia);
35. Cadastro PIS/PASEP;
36. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;
37. 3 (três) fotos 3x4;
38. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);
39. Comprovante de residência (original e cópia);
40. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
41. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
42. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994 (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
43. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
44. Declaração de bens (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II) ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
45. Declaração de parentesco (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II);
46. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso (formulário do Ministério Público a ser entregue no ato da apresentação dos documentos contidos no Anexo II).

Protocolo 854153

AVISO Nº 018/2015-CSMP

Faço público, a quem interessar possa, que a 14ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 23 de julho de 2015, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

1.1.1. Processo nº 000034-110/2014

Requerentes:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Sindicato dos Produtores Rurais de São Geraldo do Araguaia

Origem:

PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial de Belém

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário de 2011.

1.1.2. Processo nº 000153-110/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Fundação Stichting Terre des Hommes Nederland

Origem:

PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial de Belém

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário de 2007.

1.1.3. Processo nº 001932-110/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Fundação Stichting Terre des Hommes Nederland

Origem:

PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial de Belém

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário de 2008.

1.1.4. Processo nº 001933-110/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Fundação Stichting Terre des Hommes Nederland

Origem:

PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial de Belém

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário de 2009.

1.1.5. Processo nº 000030-001/2015

Requerente:

Conselho Estadual de Educação

Requerido:

Núcleo de Preparação Infantil

Origem:

1º PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apurar a regularidade do Núcleo de Preparação Infantil

1.1.6. Processo nº 006915-003/2015

Requerente:

Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Comarca de São Francisco do Pará

Origem:

PJ de São Francisco do Pará

Assunto:

Apurar denúncia de desvio de verba pública da Secretaria

Municipal de Saúde, que

teria acarretado a falta de ambulância e medicamentos à população

1.1.7. Processo nº 006922-003/2015

Requerente:

Aplub Capitalização

Requerido:

Bolada Show de Prêmios

Origem:

9ª PJ Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais,

Defesa da

Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Santarém

Assunto:

Apurar possível violação dos princípios da legalidade quanto à

regularização de uma

empresa junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

1.1.8. Processo nº 001474-116/2013

Requerentes:

Alessandra Pinheiro dos Santos

Requerido:

Comissão dos Bairros de Belém; Município de Belém

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de contratação direta irregular de servidor

público pelo Município de Belém.

1.1.9. Processo nº 000981-116/2013

Requerentes:

Associação dos Guardas Municipais de BELÉM - AGEMBE

Requerido:

Comando da Guarda Municipal de Belém

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncias acerca de irregularidades na Guarda Municipal

de Belém.

1.1.10. Processo nº 000047-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

J.S.R. e G.S.R.

Origem:

4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia de negligência, violência financeira e psicológica,

praticados contra idosos.

1.2 Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA

RODRIGUES CARVALHO:

1.2.1 Processo: 001000-116/2013

Requerente:

Ministério Público do Trabalho - MPT

Requerido:

Cooperativa de Serviços Gerais Esperança - COOSEGE

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar a prática de ilícitos no âmbito da Cooperativa, visando a

decretação da nulidade de seus atos constitutivos.

1.2.2 Processo: 006925-003/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Secretaria Municipal de Saúde de Capanema

Origem:

1ª PJ de Capanema

Assunto:

Apurar denúncia de improbidade administrativa

1.2.3 Processo: 000049-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem:

4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apurar possível situação de risco vivenciada por idoso.

1.2.4 Processo: 000047-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Em apuração

Origem:

1º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar suposta situação de risco de adolescentes

1.2.5 Processo: 000032-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Serviço de Acolhimento de Adolescente do Município de

Ananindeua

Origem:

2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar caso de adolescente em situação de risco

1.2.6 Processo: 000031-012/2015

Requerentes:

Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100

Requerido:

Em apuração

Origem:

3ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia efetuada ao “Disque 100” registrada sob o nº

2812608

1.2.7 Processo: 000073-450/2015

Requerentes:

Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100

Requerido:

Em apuração

Origem:

2ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia efetuada ao “Disque 100” registrada sob o nº

405548.

1.2.8 Processo: 000057-001/2015

Requerentes:

Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100

Requerido:

Em apuração

Origem:

9ª PJ da Infância e Juventude de Marabá

Assunto:

Apurar denúncia efetuada ao “Disque 100” registrada sob o nº

99831.

1.2.9 Processo: 006360-003/2015

Requerentes:

Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100

Requerido:

Em apuração

Origem:

9ª PJ da Infância e Juventude de Marabá

Assunto:

Apurar denúncia efetuada ao “Disque 100” registrada sob o nº

361998.

1.2.10 Processo: 006355-003/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Francisco Santana Cerdeira

Origem:

PJ de Oeiras do Pará

Assunto:

Apurar denúncia de irregularidades no cartório de Registro Civil de

Oeiras do Pará

1.3 Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO

DE MATTOS SOUSA:

1.3.1 Processo: 000514-110/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Fundação Rômulo Maiorana

Origem:

PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial de Belém

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário de

2010.

1.3.2 Processo: 001135-110/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Grupo de Mulheres da Área Central - GEMPAC

Origem:

PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial de Belém

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário de

2008.

1.3.3 Processo: 000083-151/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Hospital Ophir Loyola

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de falta de medicamentos para tratamento de

câncer

1.3.4 Processo: 000312-116/2013

Requerentes:

Pais de alunos da Rede Pública Estadual de Ensino.

Requerido:

SINTEPP E SEDUC

Origem:

1º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos

Humanos da Capital

Assunto:

Acompanhamento do calendário de reposição de aulas apresentado

pelo SINTEPP e

SEDUC para o efetivo cumprimento dos 200 (duzentos) dias

letivos e 800 (oitocentas) horas-aula anuais prevista na lei nº

9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB)

1.3.5 Processo: 000115-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Santarém Novo

Origem:

PJ de Santarém Novo

Assunto:

Apurar possível violação à lei de licitações e da correta aplicação de

recursos públicos destinados à aquisição de produtos alimentícios